



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

PORTARIA 1/2022

Altera a
Portaria NUCOD/MG nº01/2010 para inclusão na quesitação
padrão dos
termos do art. 3º, §1º da Lei nº 14.331/22.

O COORDENADOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- I. O funcionamento da Central de Perícias dos JEFs nos termos da Portaria 01/2010/COJEF;
- II. A necessidade de estabelecer procedimentos uniformes na produção da prova pericial nos processos em Tramitação nos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais;
- III. A publicação da Lei nº. 14.331 de 04 de maio de 2022;

RESOLVE:

- I. Alterar a Portaria NUCOD/MG nº01/2010 e incluir na quesitação oficial a determinação prevista no §1º, do art.129 - A, da Lei nº. 8.213/91, incluído pela Lei nº. 14.331/22, para resposta aos quesitos e confecção dos laudos periciais.
- II. A nova quesitação passa a ter o formato do anexo a seguir.

Esta portaria entrará em vigor nesta data, com cópia às Varas JEF, Procuradoria do INSS e divulgação aos peritos médicos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Aníbal Magalhães da Cruz Matos
Coordenador dos Juizados Especiais Federais de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Aníbal Magalhães da Cruz Matos, Juiz Federal - Coordenador do Juizado Especial Federal**, em 27/06/2022, às 17:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **15617845** e o código CRC **B9D0060A**.

ANEXO I

PERÍCIA MÉDICA

QUESITOS DO JUÍZO

Processo nº:

Nome do periciando:

Idade:

Data da perícia:

Profissão:

CPF:

Acompanhante/parentesco:

Informar se houve cooperação com o exame ou se houve exagero na apresentação dos sintomas.

Favor realizar um breve resumo da histórico clínico e do exame físico da parte autora.

Os quesitos deverão ser respondidos de acordo com os termos do §1º, do art.129 - A, da Lei nº. 8.213/91, incluído pela Lei nº. 14.331/22, abaixo indicado:

§ 1º Determinada pelo juízo a realização de exame médico-pericial por perito do juízo, este deverá, no caso de divergência com as conclusões do laudo administrativo, indicar em seu laudo de forma fundamentada as razões técnicas e científicas que amparam o dissenso, especialmente no que se refere à comprovação da incapacidade, sua data de início e a sua correlação com a atividade laboral do periciando.

QUESITOS:

1º) O periciando é ou foi portador de doença ou lesão? Em caso afirmativo, qual (Nome e CID)?

2º) Com base na documentação, exames, relatórios apresentados, literatura médica ou experiência pessoal ou profissional, qual a data estimada do início da doença ou lesão e da cessação, se for o caso? Qual (mês/ano)?

3º) A doença ou lesão de que o periciando é portador, o torna incapaz para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual?

4º) Caso o periciando esteja incapacitado, a incapacidade é:

a) temporária ou permanente?

b) total ou parcial?

5º) Com base na documentação, exames, relatórios apresentados, literatura médica ou **experiência pessoal e profissional**, qual a data estimada do início da incapacidade e, sendo o caso, de sua cessação (mês/ano)?

6º) Caso o periciando não esteja incapacitado no momento, em período anterior à realização desta perícia existiu incapacidade para o trabalho? Quando?

7º) Houve progressão, agravamento ou desdobramento da doença ou lesão ao longo do tempo?

8º) Há possibilidade de reabilitação profissional? Se positivo, a reabilitação seria possível para a atividade habitual do periciando ou para outra atividade?

9º) O periciando está acometido de alguma doença especificada no art. 151, da Lei 8.213/91? Qual?

10º) A lesão é decorrente de acidente de qualquer natureza? Em caso positivo, a lesão resultou em seqüelas que impliquem **redução** da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia?

11º) Em caso de lesão, essa decorreu de acidente do trabalho?

12º) Em caso de doença, trata-se de doença profissional ou doença do trabalho?

13º) Em razão de sua incapacidade, o periciando necessita de cuidados permanentes de médicos, de enfermagem ou de terceiros? Se afirmativa a resposta, a partir de qual data?

14º) Explicitar adequadamente os limites da incapacidade, acaso existente, considerando as peculiaridades bio-psico-social do periciando.

15º) É possível afirmar se houve alguma alteração referente à incapacidade, após a data da perícia realizada pelo INSS?

Quesito 16º a 20º, responder **somente** quando se tratar de perícias realizadas em **menores de 16 anos** e/ou quando se tratar de **benefício assistencial ao deficiente**.

16º) Qual é a capacidade do periciando de aprender, aplicar o conhecimento aprendido, pensar, resolver problemas e tomar decisões?

17º) Em que termos o periciando é capaz de executar uma única tarefa, ou várias delas simultaneamente, organizando rotinas e superando situações de estresse?

18º) O periciando apresenta dificuldades para se comunicar por meio de linguagem, sinais e símbolos? Como ocorre a recepção e a produção de mensagens, a manutenção da conversação e a utilização de dispositivos e de técnicas de comunicação?

19º) Qual é a capacidade de movimento do periciando, ou seja, de mudar o corpo de posição ou de lugar, de carregar, mover ou manipular objetos, ao andar ou deslocar-se?

20º) O periciando é capaz de lavar-se e secar-se, cuidar do próprio corpo ou de parte do corpo, vestir-se, comer e beber e cuidar da própria saúde? Em que termos?

Quesitos 21º e 22º, responder **somente** quando se tratar de perícias realizadas em **menores de 16 anos**.

21º) A doença ou lesão torna o periciando incapaz para o exercício de atividades inerentes à idade?

22º) A doença ou lesão prejudica o desenvolvimento físico e mental do periciando?

Quesito 23º, responder **somente** quando se tratar de **benefício assistencial ao deficiente**.

23º) No que se refere ao domínio Funções e Estruturas do Corpo, o periciando apresenta mudanças fisiológicas e/ou anatômicas (deficiência)?

a) quais são os qualificadores das unidades de classificação da deficiência e de seu respectivo domínio? Observando-se as funções mentais (consciência, cognição, capacidade psicomotora e outras), sensoriais (visão, audição, fala e tato) e físicas (sistemas cardiovascular, respiratório, endócrino, neurológico, metabólico e outros).

b) o impedimento apresentado é de longa duração?

24º) Prestar outras informações que o caso requeira.

Perito Oficial: _____

CRM: _____

Perito do INSS: _____

CRM: _____